



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Mantida a defesa da paridade

Depois de analisar as informações prestadas pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) a respeito da promoção do desembargador Demetrius Cavalcanti, o presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Luis Roberto Barroso (foto), e o corregedor nacional de Justiça, Mauro Campbell, mantiveram, em decisão de ontem, o entendimento sobre o caso. Os ministros reafirmaram que a decisão do Pleno do TJDFT contrariou a resolução 525/2023, que promove a paridade nos tribunais de segunda instância. A situação parece resolvida.



Antonio Augusto/STF



Geraldo Magela/Agência Senado

Divulgação/TRE-DF



Lista feminina

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) agendou para a próxima terça-feira, 8 de julho, a sessão do Tribunal Pleno que promoverá uma juíza ao cargo de desembargadora. Devem compor a lista as três juízas mais antigas: Soníria Rocha Campos D'Assunção, Ana Maria Ferreira da Silva e Maria Leonor Leiko Aguenta. No entanto, segundo informações de membros da magistratura, a juíza Ana Maria não deverá integrar a lista de promoção, porque solicitou aposentadoria para 5 de setembro, data próxima a seu aniversário de 75 anos, em 15 de setembro. Caso seu nome não faça parte da lista de promoção, deverá ser incluída na seleção a juíza Marília de Ávila e Silva Sampaio, considerando sua antiguidade.

Sem data definida

Ainda não há data definida para a sessão de promoção por antiguidade, referente à vaga deixada pelo desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira, que se aposentou na última segunda-feira, 30 de junho. O desembargador Demetrius Gomes Cavalcanti é o magistrado mais antigo e deve ficar com a vaga.



Carlos Vieira/CB/D.A. Press

Amigas das mulheres

Grande defensora da paridade nos tribunais, a conselheira Renata Gil (foto/alto), que é juíza criminal no Rio de Janeiro, está confirmada para participar hoje de um painel sobre empoderamento feminino, no XIII Fórum de Lisboa. No debate, está prevista uma palestra da ex-modelo Luiza Brunet (E), ativista e hoje considerada ícone no combate à violência doméstica. O evento terá painéis até sexta-feira na Universidade de Lisboa.

Apenas 20% têm plano de saúde em áreas mais pobres do DF

Pesquisa realizada pelo ObservaDF em abril de 2025, com mil entrevistas em 29 regiões administrativas do Distrito Federal, apontou que apenas 31% dos moradores no DF possuem plano de saúde. Essa proporção cai para 20% nas áreas mais pobres, evidenciando uma cobertura privada inferior entre os mais vulneráveis.

Sem prevenção

Essa dificuldade se reflete diretamente na ausência de falta de cuidados preventivos: a proporção de pessoas que não realizaram um check-up médico no último ano é de 52,1%, sendo ainda maior (55,8%) entre os mais carentes e sem plano de saúde (apenas 37,5% dos que não têm plano fizeram exames de rotina, contra 68,9% dos que têm). Os dados foram apontados pela pesquisa realizada pelo ObservaDF, em abril de 2025.

Fado e vinho

Com vários eventos ocorrendo ao mesmo tempo na capital portuguesa, em torno do Fórum Jurídico organizado pelo IDP, FGV e Universidade de Lisboa, o advogado Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, reuniu amigos no Chiado para ouvir um fado, conversar e — como ele diz — tomar um bom vinho, já que “ninguém é de ferro”.

Minervino Júnior/CB/D.A. Press



Novo restaurante

O novo restaurante do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) será aberto amanhã, tanto para os magistrados e servidores quanto para o público geral. O espaço fica no 10º andar, Ala A, do Bloco B, do Fórum de Brasília, sob a responsabilidade do Serviço Social da Indústria no Distrito Federal (Sesi-DF).

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» CB.Poder | PAULA BELMONTE | DEPUTADA DISTRITAL (CIDADANIA)

Procuradora da Mulher na CLDF destacou que conduta de Daniel Donizet (MDB) não é compatível com o cargo que ele ocupa

“A Casa perde com essa exposição”

» DAVI CRUZ

A deputada distrital Paula Belmonte (Cidadania), procuradora especial da Mulher da Câmara Legislativa (CLDF), defende o afastamento do colega Daniel Donizet (MDB), para apuração de uma série de denúncias que pesam contra ele. A parlamentar participou ontem do CB.Poder — parceria entre o Correio Braziliense e a TV Brasília. Na entrevista aos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Sibe Negromonte, ela também lamentou que o número de mulheres no Legislativo ainda seja pequeno.

Como está a questão do afastamento do deputado Daniel Donizet?

Eu e as outras três deputadas fizemos uma ação singular na história da CLDF, que foi o requerimento pedindo o afastamento por 90 dias do deputado Daniel Donizet. É uma proposta inédita na CLDF com a junção de parlamentares de diferentes partidos políticos, mas que o presidente da Casa, deputado Wellington Luiz, propicia essa possibilidade de estarmos juntos, defendendo as mulheres, e isso tem um significado muito grande para nós. Somos quatro e, devido às denúncias que foram recebidas, fizemos esse pronunciamento e

Guilherme Felix CB/DA Press



pedimos que a Mesa Diretora analise cuidadosamente esse caso.

Do que se tratam as denúncias contra o deputado?

Existe uma sequência de denúncias e isso nos deixa com muito incômodo, porque esse não é um posicionamento de um parlamentar que representa a população. Essas denúncias são provenientes de uma pessoa ou processo de cassação, foi pedido para que fosse arquivado, mas não achamos necessário esse arquivamento. Mandamos para o Ministério Público, que está fazendo suas investigações, e é esse o papel da Câmara.

O deputado pediu afastamento de 60 dias para cuidar da saúde mental. Nesse caso, há impedimento para avançar o pedido da Procuradoria?

Na quinta-feira passada, nós tivemos uma reunião na qual foi colocado extrapauta um pedido de arquivamento novamente das denúncias. Ele foi denunciado por assédio sexual, violência contra a mulher. Eu pedi vista desse pedido de arquivamento e fui acompanhada pelo deputado Daniel de Castro (PP). Na sequência disso, infelizmente, — digo infelizmente porque nenhum de nós queremos um colega exposto publicamente, porque a Casa perde com essa exposição —, ele (Donizet) foi pegado conduzindo um carro alcoo-



Aponte a câmera do celular e assista à entrevista completa

lizado e, naquele momento, tentou dar uma carteirada. Por isso, a Procuradoria Especial da Mulher da CLDF fez o pedido de afastamento imediato, que será avaliado pela Mesa Diretora em reunião marcada para a primeira semana de agosto. A licença médica dele não inviabiliza o pedido. Se for aprovado, serão contados mais 90 dias ao afastamento dele.

Que ações em prol da defesa das mulheres estão sendo realizadas?

Infelizmente, ainda temos uma quantidade pequena de mulheres no parlamento, tanto no Congresso Nacional quanto na Câmara Legislativa, onde temos quatro mulheres entre 20 homens. É uma representatividade pequena. Temos feito um trabalho na Procuradoria Especial da Mulher de escuta e, principalmente, de trazer cobrança a políticas efetivas na ponta. No último dia 26, fizemos uma solenidade com os poderes Judiciário e Executivo, secretarias e administrações, para que estejamos em parceria com esse conjunto de redes em prol da defesa da mulher.

Fórum de Lisboa

De Portugal, a jornalista Ana Maria Campos (foto) participou ao vivo do CB.Poder. A colunista do Correio e editora do caderno Direito & Justiça participa do XIII Fórum de Lisboa, que ocorre de 2 a 4 de julho, na capital portuguesa. O evento reúne mais de 400 palestrantes, incluindo autoridades públicas, acadêmicos, representantes do setor privado e da sociedade civil do Brasil, Portugal e Estados Unidos.

Ana Maria destacou a presença da ativista e ex-modelo Luiza Brunet, que está confirmada como palestrante do painel sobre “Direitos Fundamentais e Proteção de Minorias”, hoje, primeiro dia de debates na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

“É um painel sobre o papel da mulher no poder e na vida contemporânea, com todos esses desafios que o mundo moderno oferece e que causam dificuldades para as mulheres que estão crescendo muito em várias instâncias, mas que ainda enfrentam problemas de misoginia,

Correio Braziliense



preconceito, e têm dificuldades, inclusive, nesta questão do Judiciário. Foi preciso fazer uma resolução no Conselho Nacional de Justiça para facilitar o acesso das mulheres aos tribunais de segunda instância. Então vai ser um debate relativo ao empoderamento da mulher e a defesa da saúde, da integridade das mulheres”, explicou.

Além de Luiza Brunet, também participa do painel Renata Gil, conselheira do CNJ que teve, na semana passada, atuação fundamental na defesa de uma vaga feminina na promoção por merecimento no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT).